

Ápia SP Participações S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2019
com relatório do auditor independente

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Ed. Walk Bueno Business
Rua T-55 esq. Com T-30, 930 - 11o Andar
Setor Bueno
74.215-170 – Goiânia, GO, Brasil
Tel: +55 62 3605 1100
www.ey.com.br

Building a better
working world

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ápia SP Participações S.A.
Bebedouro – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ápia SP Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ápia SP Participações S.A. em 31 de março de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de março de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 11 de outubro de 2018, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.




- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 15 de outubro de 2019.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Wagner dos Santos Junior
Sócio - Contador CRC-1SP-216386/O-T

Ápia SP Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1	1	Fornecedores		1	1
Impostos a recuperar	9	5	5				
Total do ativo circulante		6	6	Total do passivo circulante		1	1
Não circulante				Não circulante			
Investimentos	10	102.440	102.412	Empréstimos	11	850	697
Total do ativo não circulante		102.440	102.412	Total do passivo não circulante		850	697
				Patrimônio líquido	12		
				Capital social		128.893	128.893
				Reserva de capital		15.911	15.911
				Ajuste de avaliação patrimonial		(7.595)	(2.355)
				Prejuízos acumulados		(35.614)	(40.729)
				Total do patrimônio líquido		101.595	101.720
				Total do passivo		851	698
Total do ativo		102.446	102.418	Total do passivo e patrimônio líquido		102.446	102.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ápia SP Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas administrativas		(153)	(57)
Resultado com equivalência patrimonial	10	<u>7.689</u>	<u>44.943</u>
Resultado antes dos impostos		<u>7.536</u>	<u>44.886</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>7.536</u></u>	<u><u>44.886</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ápia SP Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	7.536	44.886
Perdas líquidas de <i>hedged</i> fluxo de caixa reflexos	<u>(5.240)</u>	<u>(7.890)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>2.296</u>	<u>36.996</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ápia SP Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de março de 2017	<u>128.893</u>	<u>15.911</u>	<u>5.535</u>	<u>(85.615)</u>	<u>64.724</u>
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	-	-	(7.890)	-	(7.890)
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.886</u>	<u>44.886</u>
Saldo em 31 de março de 2018	<u>128.893</u>	<u>15.911</u>	<u>(2.355)</u>	<u>(40.729)</u>	<u>101.720</u>
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	-	-	(5.240)	-	(5.240)
Varição do patrimônio líquido das cotas conferidas à CMAA - transação entre acionistas	-	-	-	(2.421)	(2.421)
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.536</u>	<u>7.536</u>
Saldo em 31 de março de 2019	<u>128.893</u>	<u>15.911</u>	<u>(7.595)</u>	<u>(35.614)</u>	<u>101.595</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ápia SP Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	7.536	44.886
Ajustado para:		
Resultado de equivalência patrimonial	(7.689)	(44.943)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(153)</u>	<u>(57)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos com partes relacionadas	<u>153</u>	<u>57</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	<u>153</u>	<u>57</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	<u>1</u>	<u>1</u>
No fim do exercício	<u><u>1</u></u>	<u><u>1</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ápia SP Participações S.A. (“Companhia”) está localizada na Rua Coronel Cândido Procópio de Oliveira, nº 353, Sala 02, na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo, sendo esta uma sociedade por ações que tem como objeto social a participação, em caráter permanente ou temporário, no capital e nos resultados de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debentures.

A Companhia é investidora com 35% de participação na Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações que é controladora das seguintes companhias:

Controladas e conjunto	País	Percentual de participação	
		2019	2018
Triângulo Mineiro Açúcar e Álcool S.A. (Triângulo Mineiro)	Brasil	-	99,99%
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. (Vale do Tijuco)	Brasil	99,99%	99,99%
Rio Tijuco Agropecuária S.A. (Rio Tijuco)	Brasil	-	100,00%
Vale do Pontal Açúcar e Álcool Ltda. (Vale do Pontal)	Brasil	99,99%	-

A Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações (“CMAA”) está localizada na Rodovia BR 050 (KM 121) - Distrito Industrial I de Uberaba/MG, é uma sociedade por ações que tem como objeto a participação em outras sociedades que produzam, comercializam e exportam açúcar, etanol, energia e outros derivados do processamento de cana-de-açúcar. A Companhia obteve seu registro de capital aberto em 4 de março de 2009, por meio do ofício CVM/SEP/RIC Nº 001/2009, para negociação de ações ordinárias no mercado de balcão não organizado.

A Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. (“Vale do Tijuco”) teve suas operações iniciadas em 12 de abril de 2010. A planta industrial da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. possui capacidade de moagem aproximada de 4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fusel e bagaço de cana.

A Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. incorporou suas controladas diretas, Triângulo Mineiro Açúcar e Álcool S.A. e Rio Tijuco Agropecuária S.A., conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de junho de 2018.

A Vale do Pontal Açúcar e Álcool Ltda. (“Vale do Pontal”) é uma empresa de capital fechado teve suas operações iniciadas em 23 de maio de 2016, e passou a ser controlada pela Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações em 01 de julho de 2018, conforme demonstrado na nota explicativa 10. A planta industrial da Vale do Pontal possui capacidade de moagem aproximada para 2,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro e hidratado, bem como os subprodutos óleo fusel e bagaço de cana.

Em 01 de julho de 2018, a JFLIM Participações S.A. (“JFLIM”) transferiu o controle da Vale do Pontal Açúcar e Álcool Ltda. para a Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações através de aporte de capital e cessão de dívida em troca de 30% das ações da CMAA. Em decorrência dessa transação a JFLIM passou a fazer parte do acordo de acionistas da CMAA, que prevê o controle compartilhado da mesma.

Em 31 de março de 2019, o capital social da investida Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações está dividido em 1.064.082.217 (744.857.552 em 31 de março de 2018) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	2019		2018	
	Ações	R\$	Ações	R\$
IndoAgri Brazil Participações Ltda.	372.428.776	175.466	372.428.776	175.466
Ápia SP Participações S.A.	372.428.776	127.898	372.428.776	127.898
JFLIM Participações S.A.	319.224.665	75.875	-	-
Total	1.064.082.217	379.239	744.857.552	303.364

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que segue os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 15 de outubro de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 14 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidade contabilizada pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*).

Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não o direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

O investimento controlado em conjunto é contabilizado por meio do método da equivalência patrimonial. Tal investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do período da investida até a data em que o controle conjunto deixar de existir.

b. Imposto de renda e contribuições social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

c. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou a partir de 1º de abril de 2018 o CPC 48 – Instrumentos financeiros. O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. As principais alterações trazidas pela norma estão descritas a seguir:

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment)

A nova norma substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. As referidas provisões são mensuradas em: perdas de crédito esperadas para 12 meses e perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos dois aspectos do CPC 48 descritos acima e conclui que a nova norma não trouxe impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(i) **Ativos financeiros**

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado. A Companhia não possui derivativos embutidos.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do

ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e empréstimos a pagar.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de março de 2019.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. A Administração da Companhia não identificou necessidade de constituição com base em algum evento passado.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019 (aplicável a Companhia a partir de 1º de abril de 2019) e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo.

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

Essa norma objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

Serão objeto da aplicação dessa norma os diversos arrendamentos, incluindo arrendamentos de ativos de direito de uso em subarrendamento, com algumas exceções. Ao firmar os contratos, as empresas deverão

avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários: arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo (até 12 meses).

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (“passivo de arrendamento”) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (“ativo de direito de uso”).

Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos, por exemplo, nos casos de mudança no prazo do arrendamento e/ou nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em termos gerais, caberá ao arrendatário reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Para o arrendador, o CPC 06 (R2) não traz alteração substancial na forma de contabilização, em relação ao praticado atualmente. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos com base no mesmo princípio de classificação estabelecido pelo CPC 06 (R1), distinguindo os arrendamentos em dois tipos: operacional e financeiro.

O arrendatário pode optar pela adoção CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada.

A Companhia não espera ter impactos com a aplicação da norma.

ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de tributos sobre o lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação estará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição.

A Companhia não espera ter impactos com a aplicação da Interpretação.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bancos	1	1
Total	<u>1</u>	<u>1</u>

O saldo de caixa e equivalentes de caixa compreende em sua totalidade em saldo bancário de conta corrente utilizando para movimentação financeira da Companhia.

9 Impostos a recuperar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IRRF	5	5
Total	<u>5</u>	<u>5</u>

O saldo de impostos a recuperar é representado na maioria por saldo de imposto de renda retido na fonte. Tais valores são acumulados em virtude das aplicações automáticas realizadas em conta corrente junto a instituições financeiras.

10 Investimentos

a. Composição dos saldos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial		
Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações	<u>102.440</u>	<u>102.412</u>

A Companhia registrou ganho de R\$ 7.689 no exercício findo em 31 de março de 2019 (R\$ 44.943 no exercício findo em 31 de março de 2018) de equivalência patrimonial de sua investida.

A Companhia contabiliza seu investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Em 01 de julho de 2018, a empresa Vale do Pontal Açúcar e Álcool Ltda. passou a ser controlada pela Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações, tornando-se parte dos ativos e passivos controlados pela CMAA, quando os acionistas da CMAA aprovaram por meio de assembleia geral extraordinária, o aumento de capital no valor de R\$75.875 mediante a emissão de 319.224.665 novas ações ordinárias, sem valor nominal, que foram subscritas e integralizadas pela JFLIM mediante a conferência de 304.360.993 quotas da Vale do Pontal, detidas pela JFLIM.

Na mesma data, a CMAA firmou junto à JFLIM um contrato de assunção de dívida no valor de R\$ 46.713, anteriormente devida pela JFLIM à Vale do Pontal. Em contrapartida, a JFLIM cedeu e transferiu 187.257.473 quotas de sua propriedade na Vale do Pontal para a CMAA.

A soma das contribuições anteriormente mencionadas totalizou R\$ 122.588, valor do patrimônio líquido da Vale do Pontal, conforme laudo de avaliação patrimonial elaborado para essa finalidade, datado de 25 de junho de 2018 e teve por base o balanço patrimonial de 31 de maio de 2018. A variação patrimonial de R\$ (2.421) ocorrida entre os saldos apurados do laudo de avaliação e os saldos efetivamente incorporados, conforme demonstrado abaixo, foi registrado na patrimônio líquido da Companhia Mineira de Açúcar e Alcool Participações.

A aquisição foi contabilizada considerando o valor patrimonial da Vale do Pontal uma vez que, por se tratar de combinação de entidades ou negócios sob controle comum, o pronunciamento CPC 15 (R1) – Combinação de negócios não é aplicável para esse tipo de transação.

Os saldos efetivamente contabilizados na CMAA foram os de 30 de junho de 2018, conforme apresentados a seguir:

ATIVO	30/06/2018
ATIVO CIRCULANTE	
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	9.291
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	21.590
Estoques	61.542
Ativo biológico	16.918
Impostos e contribuições a recuperar	4.094
Instrumentos financeiros derivativos	6.768
Adiantamento a fornecedores e outros ativos	74.172
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	194.375
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	
Realizável a longo prazo	
Adiantamento a fornecedores e outros ativos	34.595
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	71.594
Depósitos judiciais	776
Impostos e contribuições a recuperar	664
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	107.629
Investimentos	3
Imobilizado	147.503
Intangível	2.121
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	257.256
TOTAL DO ATIVO	451.631

PASSIVO	30/06/2018
PASSIVO CIRCULANTE	
Empréstimos e financiamentos	43.056
Instrumentos financeiros derivativos	5.061
Fornecedores e outras contas a pagar	139.323
Provisões e encargos trabalhistas	9.302
Obrigações fiscais	3.373
Adiantamento de clientes e outros passivos	490
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	200.605
Empréstimos e financiamentos	19.022
Empréstimos com partes relacionadas	104.422
Provisões para riscos	1.994
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	125.438
TOTAL DO PASSIVO	326.043
ATIVOS E PASSIVOS LÍQUIDOS (I)	125.588
(I) COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADQUIRIDO	
Capital social	491.619
Prejuízos acumulados	(366.031)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	125.588

b. Movimentação dos saldos de investimentos

Companhia Mineira de Açúcar e Alcool Participações

Saldo em 1º de abril de 2017	65.359
- Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	(7.890)
- Resultado da equivalência patrimonial	44.943
Saldo em 31 de março de 2018	102.412
- Ajuste de avaliação patrimonial – Reflexo CMAA	(5.240)
- Variação do patrimônio líquido das cotas conferidas à CMAA (a)	(2.421)
- Resultado da equivalência patrimonial	7.689
Saldo em 31 de março de 2019	102.440

- (a) Variação decorrente da alteração no patrimônio líquido da Vale do Pontal entre a data do laudo e determinação do percentual de participação equivalente ao aporte realizado, e a data efetiva do aporte de capital, ocorrida em 01 de julho de 2018.

c. Informações da investida

	2019	2018
Companhia Mineira de Açúcar e Alcool Participações		
- Total de ativos	1.498.028	1.148.938
- Total de passivos	1.205.343	944.115
- Receitas	832.955	720.663
- Lucro do exercício	18.832	89.886
- Capital social subscrito e integralizado	379.239	303.364
- Quantidade de ações possuídas	372.428.776	372.428.776
- Patrimônio líquido	292.685	204.823
- Participação no capital social	35%	50%
Valor do investimento	102.440	102.412

11 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração é composto pela Diretoria eleita anualmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concedeu ao pessoal chave da Administração benefícios com características de curto e longo prazo.

b. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a transações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas referem-se basicamente a:

Empréstimos	2019	2018
José Francisco de Fátima Santos	845	692
Marco Otavio Galvão	5	5
Total	850	697

O saldo de passivos, em 31 de março de 2019, relativos às operações com partes relacionadas, refere-se à operação de empréstimo junto aos investidores, que correspondem a repasse de recursos para suprimento de caixa com vencimento final em maio de 2021, sem incidência de juros e em condições específicas entre as partes.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de março de 2019 é de R\$ 128.893 (idêntico em 31 de março de 2018). Está representado por 377.430.941 (idêntico em 31 de março de 2018) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas:

	Em quantidade de ações	
	2019	2018
Marseille Fundo de Investimentos e Participações	363.843.434	363.843.434
Tangará Empreendimentos e Participações Ltda.	13.587.507	13.587.507
Total	377.430.941	377.430.941

b. Reserva de capital

- Constituída basicamente pelo ágio na subscrição de ações ocorrido em março de 2014.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Inclui a parcela efetiva da variação líquida cumulativa da variação cambial dos passivos em dólar e derivativos designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa de suas futuras exportações (item protegido) de sua investida.

d. Distribuição de dividendos

A Companhia poderá deliberar, em reunião de acionistas, a respeito da distribuição dos lucros. Os lucros poderão ser distribuídos por meio de levantamento de balanços intermediários. Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 20% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A destinação do lucro do exercício será deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras. Em função dos prejuízos acumulados, não ocorreram declarações e pagamentos de dividendos.

13 Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social estão conciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	IR e CS 7.536	IR e CS 44.886
Exclusão da equivalência patrimonial	(7.689)	(44.943)
Base para cálculo do imposto de renda e contribuição social calculados a alíquota nominal - 34%	(153)	(57)
Imposto de renda e contribuição social a alíquota nominal	52	18
Efeito da não constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais (a)	52	18
Imposto de renda e contribuição social no exercício	-	-

- (a) Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social
 As diferenças temporárias dedutíveis, os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. O saldo de prejuízos fiscais base para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos não registrados é de aproximadamente R\$ 1.580.

14 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

31 de março de 2019

	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	1	1	-	-	1
Total	1	-	1	1	-	-	1

31 de março de 2019

	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Empréstimos	-	850	850	-	850	-	850
Total	-	850	850	-	850	-	850
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Fornecedores	-	1	1				
Total	-	1	1				

31 de março de 2018

	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	1	1	-	-	1
Total	1	-	1	1	-	-	1

31 de março de 2018

	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Empréstimos	-	697	697	-	697	-	697
Total	-	697	697	-	697	-	697
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Fornecedores	-	1	1				
Total	-	1	1				

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2019, em relação às divulgações de 31 de março de 2018.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Em 31 de março de 2019, a Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Os principais riscos relacionados com a operação da Companhia são os seguintes:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e seu gerenciamento de capital.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas

normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>1</u>	<u>1</u>

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez.

Não existe na história da Companhia registro de perdas em caixa e equivalentes de caixa.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia e de seu Conselho de Administração, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores	1	1
Empréstimos	<u>850</u>	<u>697</u>
Total	<u>851</u>	<u>698</u>
Passivo circulante	1	1
Passivo não circulante	850	697

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado da Companhia e das investidas é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados das investidas diretas e indiretas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Por meio de suas atividades, as investidas diretas e indiretas também ficam exposta a riscos financeiros decorrentes de: mudança no valor do ATR (Açúcar Total Recuperável), utilizado para cálculo do valor justo do ativo biológico e do valor do açúcar VHP (*Very High Polarized*).

* * *

Conselho de Administração

Conselheiros

José Francisco de Fátima Santos
Presidente

Luiz Gustavo Turchetto Santos
Francisco José Turchetto Santos
João Gilberto Bosa

Diretoria executiva

José Francisco de Fátima Santos
Luiz Gustavo Turchetto Santos

Contador

Romualdo Miranda
CRC TC 1SP098732/O-5